

COMUNICADO

A RTP NÃO É PRIVATIZÁVEL

A Rádio e Televisão de Portugal tem um valor histórico inigualável e um património no valor de milhares de milhões de euros. Porém, a esta empresa do sector empresarial do estado não se lhe pode atribuir um valor de mercado que compense a sua importância para Portugal ou, a perda do serviço que presta.

Na realidade, o governo quer transferir para os privados os milhões de euros que o Estado investiu nesta empresa, investimento esse que foi essencial para o Serviço Público de Rádio e Televisão e para o país; o que torna demasiado evidente a opção do Primeiro Ministro em insistir na concretização do plano do governo verificando-se assim, um aumento exponencial de influências dos privados em relação ao Estado.

A questão que se coloca é que vai ser o governo a decidir, qual irá ser o lucro dos privados interessados na privatização da RTP e irão ser os privados desenfreadamente, que se servirão do governo para influenciarem as decisões políticas que venham a ser implementadas na área da comunicação social.

A RTP, uma empresa que na realidade não apresenta lucros há mais de 20 anos, necessita de aumentar o valor dos serviços que presta sob pena dos tão falados “lucros” se apresentarem como um embuste, em relação ao alto valor do seu património.

A RTP irá continuar na esfera pública porque é crime alienar o seu património a preços reduzidos. O seu valor e a sua importância estratégica para o Estado e para a sociedade portuguesa estão com certeza acima dos interesses político-privados. Os portugueses que votaram em Junho de 2011 não perceberão as decisões táticas, ancoradas em inexperiências e imponderações políticas. Os portugueses não perceberão que é o mesmo poder político, composto por um governo de coligação PSD/ CDS, que em 2003 iniciou o saneamento da empresa firmando um acordo de reestruturação financeira, até agora escrupulosamente cumprido, que passados oito anos quer afundar o que salvou.

Por outro lado, o ministro da tutela da comunicação social ainda não provou ao seu governo qual iria ser o aumento de eficiência, provocada pela investida dos privados, na área pública da rádio e da televisão.

Na sequência das últimas audições parlamentares o partido CDS/PP afirmou ser coerente na posição política que tem assumido, ao longo dos anos, na defesa e manutenção do serviço público de rádio e televisão.

Esta foi a tônica, também, de todos os grupos parlamentares dos partidos da oposição que comprometidamente defendem a RTP, os seus trabalhadores, respetivos postos de trabalho e o Serviço Público de Rádio e Televisão sendo convergentes em reconhecerem que a decisão do governo, em querer vender a Empresa, deriva de uma agenda muito própria.

Os sindicatos transmitiram as suas preocupações não só relativas às consequências e contradições deste enredo mas, também, relativamente à gestão exercida pelo CA da RTP, aos gastos de algumas Direções nomeadamente da DI, e à “reestruturação” já em curso na Empresa.

O Primeiro Ministro será responsável pelas consequências da implementação do seu programa de governo e no que diz respeito à RTP, elas seriam francamente desastrosas. Haveria repartição do espaço publicitário, eventual queda vertiginosa dos preços que se reverteria numa gradual redução de receitas, a eventual falência de um operador de televisão, a falência de produtoras externas, aumentaria o desemprego, afetaria a qualidade da indústria do audiovisual e da comunicação social no seu todo, bem como afetaria o papel do regulador provocando o empobrecimento da diversificação do sector audiovisual.

Estas deverão ser as conclusões do “grupo de trabalho”, nomeado para estudar o Serviço Público de Rádio e Televisão, depois do governo divulgar publicamente a intenção de vender a RTP e depois do Conselho de Administração divulgar a reestruturação do ministro Miguel Relvas.

Os sindicatos solicitaram, hoje, ao Presidente do Conselho de Administração da RTP e ao Ministro da Tutela reuniões urgentes com o objetivo de terem conhecimento do “Plano Geral de Reestruturação”.

OS SINDICATOS REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DA RTP